



## Marcas da Resistência à Ditadura no Discurso do Semanário de Informação Política<sup>1</sup>

Eloísa Joseane da Cunha Klein<sup>2</sup>

Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos

### Resumo

O texto reflete sobre as marcas do discurso de resistência à ditadura no semanário *Informação*, jornal publicado entre 1975 e 1977, inicialmente em Ijuí, sob o nome de *Semanário de Informação Política*, e depois em Porto Alegre, já sendo chamado de *Jornal Informação*. Pensa o produto jornalístico de forma associada ao contexto em que foi produzido, a partir do aporte teórico-metodológico oferecido pela semiótica, especialmente através de elementos de análise propostos por Paolo Fabbri, Jacques Fontanille e Eliseo Verón.

### Palavras-chave

Jornalismo alternativo; resistência; ditadura; Rio Grande do Sul

As variadas correntes de pesquisa cujo enfoque é a linguagem têm servido ao estudo do jornalismo sob os mais diversos aspectos, passando pela análise do texto, concepção de narrativa, abordagem de conteúdos, pressupostos efeitos oriundos da atividade, chegando até a recepção e circulação. Neste artigo, utilizo a semiótica como matriz teórica e metodológica para refletir sobre as marcas do discurso de resistência à ditadura no semanário *Informação*<sup>3</sup>. Para tanto, irei partir da definição de conceitos fundamentais do campo e da importante concepção de que os textos devem ser estudados em conexão aos contextos em que foram produzidos.

Barthes considera que a semiologia postula uma “relação entre dois termos, um significante e um significado. Relacionando objetos de ordem diferente, não constitui uma igualdade, mas sim uma equivalência” (1982, p. 134). Ele acredita que ambos não possam ser vistos dissociadamente, já que “o significante é vazio, o signo pleno, é um sentido” (1982, p. 135). Esta percepção é um pouco distinta daquela de Jacques

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao Grupo Temático de Jornalismo do VII Congresso de Ciências da Comunicação da Região Sul.

<sup>2</sup> Jornalista. Mestranda em Ciências da Comunicação na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos. Bolsista CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Endereço eletrônico: eloisa\_klein@yahoo.com.br

<sup>3</sup> Jornal alternativo de resistência à ditadura que circulou em Ijuí entre outubro de 1975 e abril de 1976 e em Porto Alegre entre julho de 1976 e janeiro de 1977.

Fontanille (2005) e de Paolo Fabbri (2000), já que Barthes considera que “o signo é arbitrário: nada obriga ‘naturalmente’ a imagem acústica *árvore* a significar o conceito *árvore*”, enquanto que Paolo Fabbri prefere falar da interdependência entre expressão e conteúdo e de um significado em fluxo e Jacques Fontanille opta por trabalhar com a idéia de níveis de pertinência para estudar textos-enunciados.

Com a idéia de Louis Hjelmslev de que “los signos sólo sucesos determinados históricamente y variables en función de las distintas historias en las que están implicados”, Paolo Fabbri defende que “el problema que la semiótica debe estudiar es el de los sistemas e procesos de significación” (2000, p. 36). O contexto determina que haja combinações diferenciadas, de acordo com a pertinência exigida por cada situação. Por isso, Paolo Fabbri concorda com a definição de expressão e conteúdo para as duas faces do signo: significante e significado.

A expressão e o conteúdo são interdependentes, mas não coincidem sempre, havendo uma similaridade mais em nível superficial que profundo. Isso porque tais elementos são usados por agentes distintos, em contextos específicos, e estes agentes são seres complexos, capazes de guardar em si muitas experiências que lhes dão suporte para agir desta ou daquela forma no uso da linguagem. A realidade é formada por objetos, que dependem de uma relação entre palavras e coisas, uma relação entre substância, posta em cena, e a forma que ela toma neste jogo em que se coloca. Não há como separar, portanto, forma e substância, porque elas compõem um conjunto orgânico – e relacional, donde surgem elementos interessantes, como o uso da corporeidade na fala, a entonação da voz, os procedimentos de escrituração de um texto.

Mas Paolo Fabbri mantém a idéia de um nível da expressão e um nível do conteúdo, ressaltando que estes se estabelecem *dentro* dos objetos. Daí o fato de ele entender que não há unidades separadas que possam ser unidas, mas “*sólo existen textos*, textos de objetos, pedazos de palavras, de gestos, de imágenes, de sonidos, de ritmos, etc, es decir, conjuntos que se pueden segmentar según la necesidad o la urgência” (2000, p. 45). Isso quer dizer que não há um significado sem comunicação, que este ocorre *quando* há comunicação: o significado flui. Assim, a comunicação é um elemento da matéria (da expressão e do conteúdo) que produz uma substância (da expressão e do conteúdo). Diante disso, a preocupação da semiótica é justamente de “trabajar con las interdefiniciones, reconstruir los critérios de pertinencia para formar en cada ocasión el significado de los textos” (2000, p. 47).



Como o significado flui e a comunicação também determina a matéria, Fabbri fala em textos-objetos, que não são representações conceituais absolutas ou representações mentais. Justifica tal posicionamento pela noção de narratividades, que coloca em movimento a significação, combinando os textos com os agentes. Tomando a noção de Rumboldt, afirma: “el lenguaje no sirve para representar estados del mundo sino, en todo caso, para transformar dichos estados, modificando al mismo tiempo a quien lo produce y lo comprende” (2000, p. 48). Acrescenta também o estudo das paixões, presentes nas atividades dos agentes, e o papel fundamental do corpo.

A complexidade das relações, objetos e contextos – pelos quais se constroem relações de significação – faz Jacques Fontanille buscar a elaboração de uma hierarquia para níveis de pertinência semióticos, partindo do entendimento de que “o plano da expressão pressupõe uma *experiência semiótica*” (2005, p. 26). O autor observa que “definir como nível de pertinência da análise semiótica o signo ou o texto é decidir sobre a dimensão e a natureza do conjunto expressivo que se vai tomar em consideração” (2005, pp. 16-17), o que está em pleno acordo com a idéia defendida por Fabbri. Ao decidir pelo texto, “tenta-se apreender uma totalidade que se dá a conhecer por inteiro, sob a forma material de dados textuais (verbais e não-verbais), os quais se faz esforço por interpretar” (2005, p. 17).

Muitas vezes, os próprios objetos podem remeter às práticas às quais serviram. Neste caso, os meios de comunicação ocidentais podem ser considerados como suporte de textos e atores da situação semiótica. Aí se coloca um nível de pertinência que é “a interface entre o nível dos objetos e aquele das situações em geral”, no âmbito das práticas significantes (2005, p. 22). Fontanille entende que os objetos têm dois planos: a enunciação enunciada e a enunciação pressuposta. Além disso, o objeto tem um caráter material, que, posto em uso, resultará em novas enunciações. Isso ocorre no interior de uma situação semiótica, que comporta os elementos “necessários à produção e à interpretação da significação de uma interação comunicativa” (2005, p. 24).

Diante disso, pergunto: de que maneira o *Informação* pode ser um dos atores de uma situação semiótica? De imediato, ofereço duas respostas: no momento em que servia para reunir um grupo de discussão; e no momento em que servia para que outras pessoas tomassem conhecimento de fatos, acessassem informações de outros veículos de comunicação (como o Estadão, por exemplo), de alternativos de outros lugares, de relatos obtidos por meio das coordenações de movimentos sociais e pastorais. É preciso sublinhar a importância do jornal ser organizado por um grupo, sem puritanismo nesta



análise. José Luiz Braga dá ênfase a esta questão ao estudar “O Pasquim” (1991). Ao jornalista, é diferente ser funcionário de uma empresa jornalística ou trabalhar num jornal alternativo do qual também é fundador. Talvez a principal diferença consista no projeto emancipacionista que há no segundo caso e que acaba sendo fonte de emancipação dos próprios feitores do jornal.

A relação entre objeto e contexto é retomada noutra perspectiva por Eliseo Verón (2004). A partir de uma crítica aos usos equivocados do termo código, Verón tenta superar o que chama de uso instrumental da semiologia. O autor propõe uma lista de termos com elementos divididos em quatro grupos, pelos quais define um marco conceitual, que observa as dimensões (1) da produção de sentido, reconhecendo noções de produção e circulação, (2) da problemática sociológica, com as noções de ideológico e poder, (3) do estudo dos discursos sociais, por meio das noções de discursos e lingüística, (4) dos problemas de metodologia, tratando de operação, desvio, interdiscursividade, leituras, texto e semiose.

As condições de produção e de leitura de um discurso determinam gramáticas de produção e reconhecimento, que se tornam o modelo de um “*processo de produção discursiva*”. Este processo precisa ser reconstituído a partir do produto, mas considerando elementos externos, sendo os elementos escolhidos a partir das intenções do analista. Verón alerta que é preciso sair do nível da pressuposição. “Para que algo seja designado como condição de produção de um discurso, é preciso que *tenha deixado rastros no discurso*” (2004, p. 52).

O conceito de ideológico que Verón define serve para designar uma dimensão de análise do funcionamento social. “Trata-se do ideológico cada vez que uma produção significativa (...) é considerada *em suas relações com os mecanismos de base do funcionamento social enquanto condições de produção do sentido*. Em outras palavras, ‘ideológico’ é o nome do sistema de relações entre um discurso e suas condições de produção” (2004, p. 56). Para Verón, “não há discursos que sejam produzidos *fora* de condições econômicas, sociais, políticas e institucionais determinadas” (2004, p. 57). De forma associada ao ideológico, porém numa definição independente, o poder é entendido como o “sistema de relações entre um discurso e suas condições (sociais) de reconhecimento. O conceito de ‘poder’ diz respeito, portanto, à problemática dos *efeitos de sentido* dos discursos” (2004, p. 59).

Como o discurso está inserido numa circunstância espaço-temporal, uma superfície textual contém marcas que remetem para “operações discursivas subjacentes” que

precisam ser investigadas. Então Verón pergunta: “considerando que um texto pode ser submetido a uma pluralidade de leituras, que operações descrever?”. Ele observa que a resposta deve ser buscada a partir dos desvios discursivos, pela busca de diferenças sistemáticas e regulares. Tomando a noção de semiose, de Peirce, Verón fala de uma rede interdiscursiva que engloba os textos analisados. “Toda análise de discurso implica um certo dispositivo que é, se podemos dizer assim, um fragmento de tecido semiótico ‘arrancado’ do fluxo da produção social de sentido” (2004, p. 73). Dentro desta rede, podem ocorrer variadas leituras sobre o texto.

### **Semanário *Informação*: texto e relações com o entorno e o contexto sócio-político**

Considerando a totalidade das edições do semanário *Informação* como texto, e observando-o de forma relacional ao contexto, é preciso perguntar-se: quais são as marcas expostas na superfície textual do jornal que remetem à características de que se empreendia uma atividade de resistência à ditadura?

Verón interroga-se sobre “em que medida o sentido que foi investido nos discursos remete a condições determinadas de produção que dizem respeito aos mecanismos de base do funcionamento social” (2004, p. 58). Considerando que se trata de um jornal alternativo de resistência à ditadura, a definição por si já é uma marca de condições sociais mais amplas. As marcas que explicitam tal característica no jornal também são várias: tirinha do Edgar Vasques sobre a fome, reportagens de interesse humano retratando o cotidiano de pessoas simples, reprodução de notícias da imprensa comercial e alternativa falando sobre casos de perseguição, tortura e assassinatos com fundo político, matérias investigativas sobre crimes políticos, reportagens sobre as atitudes autoritárias do governo ditatorial, desenhos de trabalhadores desesperados.

O contexto de veiculação do jornal foi de ditadura militar, com restrição de direitos civis e políticos. Além disso, desde 1974 a política econômica do governo dava sinais de esgotamento e as condições de miserabilidade afluíam. A alusão a tais contextos é perceptível pela superfície do jornal já pelos assuntos abordados e que referiam-se frequentemente, por um lado, à democracia, aos partidos políticos autorizados pelo governo, às movimentações do partido de oposição consentida, à restrição de direitos, e, por outro lado, às dificuldades de agricultores e pequenos



comerciantes, à falta de emprego, às condições de vida nos bairros. Era uma forma de questionar o milagre econômico, mostrar a miserabilidade que começava a ser notada, questionar a supressão dos direitos.

Aí entra uma questão de Paolo Fabbri: “existe um significativo del cuadro que pueda percibirse de outro modo?” (2000, p. 44). No interior do jornal se desenvolve uma constante preocupação com o drama social, que faz parte da luta contra a ditadura, mas ao mesmo tempo constrói uma ramificação neste caminho. Há, ainda a presença de contos, poesias, análises, crítica literária e fílmica, que também corresponde à luta contra a ditadura, mas oferece novas possibilidades de leitura e discussão.

O enfoque da política nas notícias é intenso, mas não o suficiente para afirmar que o jornal era um instrumento do MDB. Na verdade, o *Informação* apresenta características de jornal alternativo, mas também de jornal de partido e de imprensa comercial. Para ir além do que as marcas deixam exposto, é preciso recorrer às fontes de informação: o principal sócio-proprietário da primeira fase do jornal fora presidente do partido de oposição consentida, o que pode dar um caráter mais político ao jornal. Já o editor-chefe desta mesma fase foi Jefferson Barros, jornalista que havia transitado pela Folha de São Paulo e pelas empresas Caldas Junior, e que viera para Ijuí em parte para fugir da perseguição maior da ditadura, em parte por um relacionamento pessoal.

É claro que o noticiário político ocupa um lugar muito interessante. As principais chamadas de capa geralmente estavam associadas a um aspecto relativo ao MDB, a debates políticos no governo ou na Câmara dos Deputados, ou às dificuldades enfrentadas por segmentos sociais e que tinham fundo político. Para ter uma noção mais precisa da participação da temática política no jornal, das 23 edições, 14 capas são dedicadas (pelo menos a chamada principal ou uma delas) ao assunto. Quatro capas são dedicadas ao tema dos Direitos Humanos, e outras dividem-se em drama social, trabalhadores, multinacionais e futebol. Este noticiário aumenta gradativamente em 1976, justamente por ter sido um ano eleitoral.



É interessante como neste período aumenta também o espaço destinado às notícias sobre Direitos Humanos. Esta é outra marca que remete ao contexto do período. Os movimentos pela anistia se expandiam, o escândalo da morte de Wladimir Herzog continuava a ressonar com insistência, as cassações geravam debates acalorados em todo o universo político e dos movimentos sociais.

Há outro ponto interessante, que é o contexto dos movimentos sociais emergentes e também do surgimento de um vasto número de jornais independentes. O jornal atuava num contexto em que as lutas políticas eram travadas no panorama de fortes tensões sociais (empregados *versus* patrões, por exemplo), quando os movimentos sociais organizavam os dominados contra seus exploradores, quando as vítimas descobriam que deveriam sair de seu lugar puramente de vítima e ocupar um espaço de fala – e nesta agitação toda o jornalismo cumpriu um papel fundamental. Era o momento em que as minorias criavam subjetividades e me parece relevante pensar que os feitores do jornal construía sua subjetividade através do jornalismo alternativo.

Considero a imprensa *nanica* do Brasil, entre os anos 1960 e 1980, uma aliada vital destes movimentos, principalmente porque coordenada por lideranças de movimentos populares e ativistas políticos que agiam na clandestinidade ou nas rabeiras do MDB, por intelectuais que percebiam a necessidade de engajar-se na luta pró-democratização e que, muitas vezes, fizeram isso pela comunicação. Mas também porque esta imprensa independente (do Estado e das grandes corporações) se opunha à construção de uma versão oficial, assumia grandes batalhas contra as instituições conservadoras (governo antidemocrático, família patriarcal, empresariado, pequeno-burgueses) e descortinava das reuniões dos movimentos ou análises acadêmicas os grandes problemas que afetavam o país e o mundo.

Estas marcas estão presentes no Semanário de Informação Política de diversas formas. Há várias referências a outros jornais nanicos do país, há uma prioridade para matérias de movimentos estudantis, de trabalhadores, de mulheres, de indígenas, das



religiões que se engajaram na luta pró-democratização, e uma especial atenção para a temática do drama social.

Paolo Fabbri tem um caminho interessante para estudar estes casos. “Pensemos, por ejemplo, en la cuestión de la división entre precepto, afecto y concepto. Una distinción fundamental, sin duda alguna. Pero ¿cuál es la interdefinición de los elementos? ¿Cómo se define la afectividad con respecto a la perceptividad? ¿Cómo se define el concepto con respecto al precepto y al afecto?” (2000, p. 53). No *Informação*, os jornalistas faziam tudo isso ao mesmo tempo: percebiam uma realidade, trabalhavam com paixão sobre ela e tentavam conceituar.

É interessante como estas reflexões chamam de fato a atividade, assim como salienta Paolo Fabbri. Embora as marcas textuais deixem exemplos claros da paixão dos jornalistas com as causas sociais (especialmente no relato do drama social, no cuidado em trabalhar com as questões dos trabalhadores e comunidades), denotem explicitamente a tomada de partido pela causa dos trabalhadores e movimentos sociais, o conhecimento exterior ao produto em si dá informações demasiado relevantes.

Ijuí era uma cidade de pequeno porte, mas local de ativa participação política. O confronto entre as lideranças políticas sempre esteve presente e manteve-se durante o período ditatorial. Nas décadas de 1960/70, a urbanização foi acentuada, sobretudo em decorrência do êxodo rural e, conseqüentemente, os problemas da vida em comum obtiveram contornos mais definidos. A faculdade dos franciscanos crescia e aos poucos encaminhava-se para a obtenção do caráter de universidade. Com isso, muitos professores de diversas regiões do país compareciam ao município e ampliavam os grupos de discussão. Havia também uma tradição em acompanhar a sessão de filmes das 22h 30min, às sextas-feiras, horário normalmente reservado para filmes independentes, e que permitia a reunião de grupos interessados em debater tais temáticas. Eram estes ambientes que permitiam a interação entre militantes, universitários e trabalhadores. Isto tudo dá uma aura de amor à causa empreendida pelos primeiros jornalistas do *Informação*.

É claro que nem tudo são flores na vida de um jornal, ainda mais com espírito de discussão coletiva. O engajamento de Fernando Saes e Adelmo Genro Filho à equipe de profissionais, no final de 1975, acentuou as disputas internas pela definição da linha editorial. Isso fica evidente pela modificação imposta ao estilo da editoração do veículo e também pelos relatos transmitidos pelas pessoas que participaram desta





experiência. Adelmo Genro Filho formava-se em jornalismo naquele ano de 1975 e trazia consigo a vasta experiência junto ao movimento estudantil e a história de participação no setor jovem do MDB de Santa Maria, cuja mobilização era intensa, especialmente no sentido de não deixar que o MDB tomasse um perfil eleitoreiro e esquecesse os motivos maiores da organização política. Estas discussões aparecem nítidas na segunda fase do jornal, já editado em Porto Alegre, e foram certamente um dos aspectos que levou o jornal a ser transferido para a capital. É interessante como os próprios jornalistas vão contextualizando os leitores das mudanças no decorrer deste período de transição, em Ijuí, e no início das atividades em Porto Alegre.

Ao mesmo tempo, na segunda fase, o jornal passa a agregar um número ainda maior de membros da academia, que colaboraram de variadas formas: financeiramente, com artigos, análises, críticas de livros, mas que, fundamentalmente, ampararam a tendência mais analítica, de crítica política e defesa dos direitos humanos assumida sob o comando de Adelmo Genro Filho já como editor chefe. Novamente, como se percebe, as marcas discursivas chamam ao contexto vivido, tanto o contexto específico (este, dos agentes envolvidos na colaboração do jornal), como no contexto amplo da ditadura militar e dos movimentos pelos direitos humanos.

Na primeira fase do jornal, até o início da transição que demarca o fim da publicação em Ijuí e o início da segunda fase, em Porto Alegre, há uma regularidade no padrão editorial do jornal. A capa é quase sempre ilustrada por um grande desenho ou pintura. Até a edição 22, apenas cinco capas são ilustradas com fotografias e outras quatro capas não contém nenhuma imagem. A capa é feita em estilo revista, destacando a manchete principal, em fonte grande, em caixa alta, e são usadas outras manchetes de referência.

Na segunda página, a coluna imediatamente à esquerda é reservada para o expediente e para a Carta ao Leitor, que funciona como o editorial. Neste espaço é que foram anunciadas algumas das principais alterações sofridas no decorrer da veiculação do jornal. Nas demais páginas são situadas notícias, reportagens, entrevistas, charges sobre política, economia, comunidade, cidadania, movimentos sociais. As páginas 6

e 7, a maioria das edições, são destinadas à cultura: este é o espaço para contos, indicações de filmes, resenhas de livros, crítica literária, pesquisas, poemas, pequenos artigos. ma seção específica que se preserva em todos os números é a “Coluna Povo”, que apesar do nome não tem o mesmo significado que hoje atribuímos ao espaço ocupado pelos colunistas para seus comentários sobre o cotidiano.

A Coluna Povo tinha uma página previamente reservada, o verso da contracapa, onde só por uma edição deixou de ser publicada, ocupando o espaço imediatamente anterior. Destinava-se a contar sobre histórias que compunham um cenário social e habitavam um complexo mais amplo de significação, tornando-se, junto a outros elementos, como suporte de contextualização das notícias e reportagens construídas pelo Semanário de Informação Política. Tratava-se da (re) constituição de um lugar por onde o jornal se apresentava. Era o lugar dos Joãos, Marias, atores reais de um cotidiano turbulento, que denotava a crise dos pequenos mercados, a dificuldade em atuar concorrencialmente aos monopólios que se firmavam, a necessidade de sair da colônia para estudar, a desesperada procura por um emprego, em busca de quem “esteja na percisão” (Coluna do Povo, edição nº 11).

A estrutura do jornal muda muito na de Porto Alegre. Concordo com Verón quando afirma que pelas diferenças podemos saber muito mais sobre as estratégias e sobre as operações empregadas. “Cada vez que um discurso nos interessa, precisamos encontrar um *outro* que será, por diferença, o ‘revelador’ das propriedades pertinentes do primeiro” (2004, p. 69). Apesar de Verón estar se referindo à análise da abordagem de um acontecimento marcante em diversos meios de comunicação, o mesmo conselho pode ser válido para o estudo de um meio de comunicação, com fases distintas.

A capa passa a ter uma figura, às vezes um desenho, seguida de uma manchete, feita com poucos caracteres, em repetidas edições formando uma pergunta. Ao invés de várias outras manchetes, apenas uma chamada além da manchete principal, ou nenhuma. A página 2 consta do expediente, um texto de opinião, que na primeira edição em Porto Alegre vem sob a cartola editorial (o que não se repete mais tarde, embora o caráter seja preservado), e uma seção denominada referências, constante de



notas extraídas de outros jornais, alternativos ou não, ou de informações privilegiadas pelo acesso a coordenações de movimentos.

A ocupação espacial das demais páginas muda frequentemente. Em boa parte das edições, as notícias, análises, entrevistas e artigos sobre política tomam boa parte do espaço. Aqui há que se ressaltar que em novembro de 1976 foram realizadas eleições diretas para deputados estaduais e federais e indiretas para governadores e presidente. Então, os jornalistas dedicaram-se a suprir uma demanda de seu público (universitário, oriundo da militância política ou movimentos populares) e também de seus fundadores (quase todos vinculados à academia, movimentos sociais e políticos).

Mas em todas as edições permanece a preocupação em abordar assuntos relativos à cultura, especialmente numa seção denominada “debate”, na qual é feita a crítica literária, de teatro, de música. Outra seção chama-se “documento” e reúne textos clássicos, revelados talvez pela primeira vez para boa parte dos leitores. A coluna esteve presente em praticamente todas as edições da fase de Porto Alegre. Trazia assuntos diversos, como um texto de Eistein sobre sua posição política (Porto Alegre, 29 de julho de 1976, p. 11) ou a ata de um encontro de célebres pensadores sobre os direitos humanos no mundo (Porto Alegre, 11 de agosto de 1976).

Também a temática dos direitos humanos é abordada com mais intensidade. Há duas relações com o contexto, e que remetem à dimensão espaço-temporal. Em Porto Alegre houve muito mais casos de prisões para interrogatório e torturas que em Iuí e região. Além disso, em 1976, os grupos pela anistia de presos políticos e pela defesa dos direitos humanos tiveram um aumento tanto no número de militantes, quanto na expressão social – basta observar a repercussão dos casos da morte de Wladimir Herzog (25 de outubro de 1975) e do padre Burnier, em 1976. As notícias e reportagens com este enfoque não se limitam a tratar dos presos políticos: há uma repercussão muito grande das notícias publicadas por outros jornais ou comentadas por movimentos e líderes políticos, sobre assassinatos ocorridos durante a invasão da região centro-oeste por fazendeiros, ou da morte injustificada de presos comuns em Pernambuco, por exemplo.

Além de efetuar uma observação tomando a composição das matérias, assuntos abordados, é possível ter uma dimensão do jornalismo feito pelo Semanário de



Informação Política através do que é explicitado pelos próprios jornalistas, seja em editoriais, seja em matérias. O jornal seguidamente explica atitudes tomadas, como as mudanças editoriais implementadas, ou a justificativa de alguma cobertura.

Na primeira edição, em Ijuí, é desta forma que o jornal se apresenta:

Jornal é sinônimo de democracia. Ou não é jornal, é boletim de propaganda pessoal ou grupal. (...) Em tempos tão pessimistas para todos os democratas, pretendemos afirmar ser possível a crítica, a denúncia, o debate e o diálogo livre e amplo sobre as verdades que todo o leitor merece saber. (...) Semanário de Informação Política pretende discutir as alternativas democráticas para este quadro. Mas sempre a partir da realidade concreta que vivemos nesta região.

Na edição número 12, já sob novo comando editorial, o jornal volta a falar sobre seu funcionamento, em texto assinado pelo sócio-proprietário e diretor-presidente Ben-Hur Mafra:

Um jornal democrático não só não está isento de saudáveis debates internos sobre a melhor forma de informar seus leitores, como – sobretudo – deve a estes mesmos leitores contínuas explicações sobre sua orientação editorial. Por acreditarmos nestes princípios, sentimo-nos no dever de informar aos leitores do “Semanário de Informação Política” que desde o número anterior (nº 11, de 16 de janeiro de 1976), a responsabilidade de redator-chefe deixou de ser do jornalista Jefferson Barros; tendo assumido nosso colega Fernando Saes. (...) Nosso objetivo de reencontrar a democracia pela base, através de um esforço de pedagogia política e nossa forma de trabalho aberta, flexível e comedida continuará a mesma. Pois, como afirmávamos antes, um jornal não é fruto de uma pessoa, mas de um conjunto de pessoas dotadas de idéias e de intenções comuns, mas não monolíticas. (...) Sempre visando o que o “Semanário de Informação Política” quer ser: um jornal aberto. Sensível, sobretudo, às críticas que nos levem à ponderação.

Na edição seguinte, os jornalistas se manifestam, em dois momentos: na Carta ao Leitor e no espaço reservado para a opinião, num texto assinado pelo coletivo “A



Redação”. Na Carta ao Leitor (que cumpre função de editorial no jornal), os jornalistas falam sobre as mudanças operacionais:

As mudanças introduzidas nesta edição não correspondem àquilo que desejamos lhe oferecer. Nas próximas, como explicamos aí ao lado, faremos um reforço maior para surpreender seu bom gosto. Por enquanto pedimos sua atenção à política...

Outro texto reflete sobre as mudanças, porém tomando-as desde um ponto de vista político, que refere-se às relações internas entre trabalhadores e direção. Na primeira parte do texto, resgata as principais questões invocadas pelo texto assinado pelo diretor, de que seriam adotados “novos métodos de trabalho, sempre dentro de uma linha de continuidade de objetivos” e que “um jornal democrático não está isento de saudáveis debates internos sobre a melhor forma de informar seus leitores, como – sobretudo”. A seguir, os jornalistas explicam quais são os métodos novos:

Os novos métodos de trabalho a que se referiu a direção significam, mais precisamente, necessidades de aperfeiçoamento do jornal como empresa e como veículo portador de informações, expectativas, aspirações e opiniões. O primeiro passo (...) está sendo dado através da implantação de um sistema regional de distribuição e cobertura dos acontecimentos. (...) Por outro lado, estamos cientes de que qualquer mudança quantitativa provoca, inevitavelmente, uma mudança qualitativa (...) desde os aspectos gráficos até orientações redacionais (a forma, a linguagem usada para informar). A linha editorial do jornal, que se coloca num nível mais abstrato, e pode ser definida como a filosofia empregada para nortear a abordagem dos vários assuntos que são publicados semanalmente, prosseguirá, idêntica, como assegurou a direção.

Na seqüência, novamente recorre ao primeiro editorial, recortando o trecho que refere-se ao jornal como espaço de crítica e debate. “O leitor, por sua vez, tem o



direito e o dever de exercer sobre o jornal uma vigilância crítica, afim de que sua missão seja cumprida”.

Considero este debate, publicado, muito rico, porque revela as contradições existentes entre a equipe responsável pela edição do jornal, chamando novamente para o caráter de grupo ao qual me referia anteriormente. A opinião dos jornalistas, apesar de dialógica, não está em pleno acordo com a opinião do jornal, em uma edição normal do veículo. Fica claro, pelo texto, o clima de disputa política que se dava internamente entre os jornalistas que escreviam o *Semanário de Informação Política* e os sócio-proprietários (Fontanille observa que um objeto pode dar indicativos de um contexto interacional numa situação semiótica). A marca que ficou impressa no jornal apenas sinaliza uma intensa operação que antecedeu a publicação das referidas edições: como fazer o jornal, quais tipos de matérias, qual a orientação política, entre outros aspectos.

A edição de número 22 encerra a fase de Ijuí sem explicações. Não há nenhuma referência ao fechamento do jornal. Era o dia 9 de abril de 1976. O jornal permaneceu sem ser publicado por três meses, período no qual os colaboradores e jornalistas trataram de conseguir novos parceiros para dar continuidade ao veículo. A explicação é dada na primeira edição da fase de Porto Alegre, num espaço que em todas as edições tem caráter de editorial, embora sem ser antecedido por esta intitulação: “refletindo a delicada conjuntura política que se estabeleceu com a cassação dos mandatos de cinco parlamentares opositoristas, [o jornal] foi fechado pelo proprietário”. O mesmo texto faz algumas reflexões da equipe que faz o jornal em Porto Alegre (e que, em boa medida, é oriunda da experiência de Ijuí) sobre a primeira fase do jornal, em Ijuí:



... Este jornal nasce num momento de grande dificuldade para o povo brasileiro. Grandes problemas do país permanecem sem solução. (...) Nesse contexto, o nascimento do Jornal INFORMAÇÃO poderia ser melhor caracterizado como renascimento, já que a maioria da equipe é originária do Semanário de Informação Política de Ijuí, uma experiência que durou 22 números e teve duas fases bem distintas. A primeira vai a décima edição, quando o jornal, embora formalmente independente do MDB, refletia apenas seus interesses editoriais. A segunda fase, a partir da décima-primeira edição, substituiu-se a mera propaganda partidária por uma posição de “unidade crítica” com todos os setores da sociedade brasileira vinculados, de uma ou de outra forma, à oposição democrática.

A expressão renascimento é apropriada. Lendo os arquivos das fases de Ijuí e Porto Alegre, se colocou a pergunta: o que faz do *Informação* em Porto Alegre ser ainda o *Informação* de Ijuí? E, de forma correspondente, o que o torna diferente? As diferenças estruturais, apresentei de forma sintética anteriormente. Mas há outras diferenças, de entonação, de enfoque, de modo de abordar a crítica. Embora os jornalista afirmem se distanciar de uma visão do MDB sobre as coisas e sobre a sociedade, parece a mim, que também sou uma leitora, embora distante 30 anos da produção e veiculação, que mais se aproximava.

O diferencial é que a postura pró-MDB se toma de forma associada a uma postura crítica, pretendendo descobrir quais os caminhos para a democratização: seria associar-se ao presidente militar, com o nobre propósito de uma união nacional, como pretendiam setores do MDB? Seria uma busca eleitoral incansável, tentando assumir cada vez mais quadros, para conseguir forçar a mudança do comando central? Seria uma abertura lenta? Seria a “simples” abertura política para uma eleição? Os textos do *Informação* permitem pensar que os jornalistas afirmavam uma plataforma de debates que visava não só a democratização formal, da eleição, mas também um processo amplo, pela valorização dos trabalhadores, superação das



condições de miserabilidade, e outros. Mas era, ainda que criticamente, do MDB que se falava.

Ainda no primeiro editorial da fase de Porto Alegre, a equipe admite que o jornal foi “transformando num instrumento de debate da realidade brasileira e das próprias oposições”, até ser fechado. Diante disso, explica a iniciativa responsável por seu “renascimento”, ou pela continuidade do trabalho, com algumas diferenciações:

Uma resposta efetiva e imediata foi dada por mais de 100 pessoas no Estado, entre profissionais liberais, empresários e estudantes, que concordaram em contribuir, durante um semestre, com importâncias que variam de Cr\$ 100,00 a Cr\$ 2.000,00 mensais para o surgimento de uma nova publicação que desse continuidade ao trabalho iniciado em Ijuí. (...)

Embora os jornalistas escrevam no editorial “Nossa proposta” (edição nº 1 de Porto Alegre) a respeito de duas fases em Ijuí, prefiro falar em uma primeira fase, seguida de uma fase de transição, e finalmente a fase de Porto Alegre. Em ambas, o *Informação* mantém o eixo entre política, cultura, drama-social e direitos humanos. Mantém um lado para falar dos fatos, que é o lado dos movimentos sociais, sindicais, dos trabalhadores, dos estudantes. Muda profundamente quanto à estrutura: notícias, reportagens e entrevistas da primeira fase são bastante distintas da segunda. Mas as linhas das matérias, artigos, análises, resenhas permanecem deixando em suas marcas escritas o substrato da paixão, para retomar aquela perspectiva de Paolo Fabbri, permanecem evidenciando em si mesmas o jogo estabelecido entre seus atores, evidenciando a presença da corporeidade, seguem dando mostras dos olhares lançados sobre o mundo.

Buscar estes discursos e os ângulos afetivos e de relações pessoais pode ser justamente a resposta para aquela indagação de Paolo Fabbri: “existe um significativo del cuadro que pueda percibirse de outro modo?”. Assim se apresenta o *Informação*, como jornal coletivo, de resistência à ditadura, ligado, mas crítico ao MDB, e ao





mesmo tempo com características de jornal alternativo, de jornal comercial e de jornal engajado a um partido.

Os discursos do “Informação” trazem muitas marcas desta experiência individual e de um grupo. Para os jovens e sonhadores jornalistas, acadêmicos, estudantes e profissionais liberais, este caráter de libertação, prazer e aproximação da realidade também cabia ao jornalismo. Essa é a tônica do discurso empregado pelo *Informação*, em suas duas fases distintas.

É bem verdade que os jornais alternativos não mudaram o mundo. Mas também é verdade que chamaram a atenção da mídia comercial para temáticas que não mais podiam ser ignoradas. E alimentaram com informações os movimentos sociais que produziram as condições para a criação da subjetividade de grupos dominados, como os indígenas e as mulheres.

## **ACERVOS DO INFORMAÇÃO**

INFORMAÇÃO. *Semanário de Informação Política*. Ijuí: Editora Informação Ltda. Outubro de 1975 a abril de 1976.

INFORMAÇÃO. *Jornal Informação*. Porto Alegre: INFORMAÇÃO – Sociedade de Jornalismo Cultural Ltda., Julho de 1976 a janeiro de 1977.

## **BIBLIOGRAFIA**

BARTHES, Roland. *Mitologias*. São Paulo: Difel, 1982.

BRAGA, José Luiz. *O Pasquim e os anos 70*. Brasília/DF: Editora Universidade de Brasília, 1991.

DUBET, François. *Curso sobre exclusão social*. Conferido na Universidade de São Paulo, 9 a 13 de setembro de 1996.

FABBRI, Paolo. *El giro semiótico*. Barcelona: Gedisa editorial, 2000.

FONTANILLE, Jacques. *Significação e visualidade*. Tradução de Elizabeth Bastos Duarte e Maria Lília Dias de Castro. Porto Alegre: Sulina, 2005.

TOURAINÉ, Alain. *Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje*; tradução de Gentil Avelino Titton. Petrópolis, RJ: Vozes: 2006.



VERÓN, Eliseo. *Fragmentos de um tecido*. Tradução de Vanise Dresch. São Leopoldo/RS: Editora Unisinos, 2004. Série Comunicação.